



# 11

## Anexos

### índice

**88** | Demonstrações financeiras

**138** | Sumário de Conteúdo da GRI G4

**136** | Informações corporativas

**146** | Créditos

## Balancos patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.711	9.516	13.367	13.295
Aplicações financeiras	5	15.726	9.897	35.023	35.661
Contas a receber	6	71.327	69.774	175.933	160.389
Estoques	7	69.395	85.833	148.093	141.944
Impostos a recuperar	8	6.035	16.542	10.373	19.648
Partes relacionadas	10	27.196	31.615	2.427	9.780
Outros ativos circulantes		4.971	4.734	9.682	9.226
		200.361	227.911	394.898	389.943
Ativo mantido para a venda					
		553	-	553	-
		553	-	553	-
Total do ativo circulante					
		200.914	227.911	395.451	389.943
Não circulante					
Depósitos judiciais		8.703	8.819	15.307	15.536
Impostos a recuperar	8	22.915	22.219	24.456	25.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	24.750	24.037	53.299	55.112
Partes relacionadas	10	29.297	9.723	726	2.018
Investimentos	9	256.080	247.729	34.338	36.032
Imobilizado	11	145.659	149.425	341.684	279.064
Intangível	12	6.437	4.584	30.622	28.676
Outros ativos não circulantes		339	490	1.981	2.229
Total do ativo não circulante					
		494.180	467.026	502.413	443.689
Total do ativo					
		695.094	694.937	897.864	833.632

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivos e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	22.858	22.444	42.151	39.293
Partes relacionadas	10	7.672	7.243	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	3.066	8.944	88.946	56.881
Obrigações com pessoal	15	12.738	12.980	28.657	28.009
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	17.897	17.881	17.897	17.881
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.511	2.174	3.677	3.861
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	11.866	12.226	29.181	34.015
Outros passivos circulantes		3.060	4.934	10.743	13.142
Total do passivo circulante					
		81.668	88.826	221.252	193.082
Não circulante					
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	27.730	23.710	41.654	34.527
Empréstimos e financiamentos	14	5.129	14.368	38.978	25.799
Partes relacionadas	10	31.763	29.108	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	26.226	25.115	59.549	54.659
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.787	7.697	10.605	9.432
Provisão para remonte da mina	30	-	-	10.718	9.726
Outros passivos não circulantes		-	-	300	278
Total do passivo não circulante					
		98.635	99.998	161.804	134.421
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
Reserva de capital		19.460	19.672	19.460	19.672
Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
Reservas de lucros		168.745	155.807	168.745	155.807
Outros resultados abrangentes		(7.491)	(3.443)	(7.491)	(3.443)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		514.791	506.113	514.791	506.113
Participações acionistas minoritários		-	-	17	16
Total do patrimônio líquido					
		514.791	506.113	514.808	506.129
Total do passivo e patrimônio líquido					
		695.094	694.937	897.864	833.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	22	507.665	508.525	978.154	957.301
Custos dos produtos vendidos	23	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
<b>Lucro bruto</b>		<b>136.670</b>	135.773	<b>384.275</b>	381.424
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Gerais e administrativas	23	(43.582)	(41.895)	(111.780)	(97.804)
Remuneração da administração	23	(8.501)	(12.802)	(10.685)	(15.545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Total das receitas (despesas) operacionais		(51.309)	(34.234)	(256.479)	(238.177)
Despesas financeiras					
Despesas financeiras	25	(19.692)	(18.692)	(52.674)	(48.553)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Resultado financeiro líquido		1.040	(1.805)	2.288	(1.018)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>86.401</b>	99.734	<b>130.084</b>	142.229
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Diferidos	20	(384)	2.048	(3.615)	156
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>85.159</b>	102.254	<b>85.160</b>	102.256
Atribuível a:					
Acionistas não minoritários		85.159	102.254	85.159	102.254
Acionistas minoritários		-	-	1	2
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>85.159</b>	102.254	<b>85.160</b>	102.256
<b>Lucro líquido por ação, básico e diluído - R\$</b>	18.c	<b>0,48</b>	1,14	<b>0,48</b>	1,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>85.159</b>	102.254	<b>85.160</b>	102.256
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	(3.283)	(5.866)	(6.132)	(5.219)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	1.116	1.995	2.084	1.776
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	(1.881)	428	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(4.048)	(3.443)	(4.048)	(3.443)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>81.111</b>	98.811	<b>81.112</b>	98.813
Atribuível a:				
Acionistas não minoritários	81.111	98.811	81.111	98.811
Acionistas minoritários	-	-	1	2

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM MILHARES DE REAIS)

	Reserva de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido		
	Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações	Ações em tesouraria					Legal	Retenção de lucros
	NOTA EXPLICATIVA									
Saldos em 01 de janeiro de 2013	334.251	19.365	23	(174)	21.873	25.513	78.669	479.520	14	479.534
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.254	2	10.256
Constituição de reservas	-	754	-	-	513	513	19.697	(30.677)	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(3.443)	-	(3.443)
Reversão Reserva Subvenção Investimento	-	(470)	-	-	4	4	(179)	-	-	(641)
Reversão Reserva Subvenção	-	-	-	-	-	-	-	(3.443)	-	(3.443)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,254 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(22.726)	-	(22.726)
Dividendos - R\$ 0,5467 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(48.851)	-	(48.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	334.251	19.649	23	(174)	26.990	30.630	98.187	(3.443)	16	506.129
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.159	1	85.160
Constituição de reservas	18	-	-	-	4.258	4.258	5.066	(13.582)	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(4.048)	-	(4.048)
Reversão de Correção Monetária de Capital	-	(212)	-	-	3	3	(650)	-	-	(856)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,134 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(23.889)	-	(23.889)
Dividendos - R\$ 0,267 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(47.688)	-	(47.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	(7.491)	17	514.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		86.401	99.734	130.084	142.229
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(63.774)	(76.267)	13.676	6.223
Depreciação e amortização	11/12	11.995	11.075	37.704	34.789
Resultado na baixa de ativos permanentes	24	(405)	(65)	(1.078)	(145)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	655	402	1.444	985
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.912	2.458	7.079	3.711
Reversão (provisão) para perdas diversas		1.869	6.387	(5.606)	7.660
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		1.574	2.397	43	1.069
Rendimento de aplicações financeiras		(2.194)	(2.220)	(4.861)	(4.495)
Variação líquida despesas antecipadas		1.561	1.609	1.750	2.248
		40.594	45.510	180.235	194.274
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	(1.776)	8.878	(15.956)	16.215
Partes relacionadas a receber	10 a	7.697	(9.800)	7.353	(11.798)
Estoques	7	14.990	(4.325)	(7.035)	(14.801)
Impostos a recuperar		11.616	(7.764)	10.164	(7.539)
Depósitos judiciais		(1.685)	(2.179)	(1.572)	(2.489)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		76.981	79.343	-	-
Outros ativos		(1.958)	(1.735)	(2.457)	559
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	13	193	(7.864)	2.604	(9.560)
Partes relacionadas a pagar	10	429	(1.038)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	(83)	(1.996)	4.728	(1.563)
Provisões e encargos sociais	15	(242)	(4.330)	648	(6.930)
Outros passivos		(2.137)	2.412	(2.649)	1.807
Juros pagos		(492)	(452)	(1.507)	(621)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(3.342)	(4.265)	(4.828)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		144.127	91.318	131.905	109.336

## Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligada a receber	10	(19.574)	(2.509)	1.293	-
Recebimento pela venda de imobilizado	24	577	354	1.488	470
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(25.608)	(39.802)	(10.426)	(64.348)
Aporte de capital em controladas	9	(28.480)	(29.426)	(11.982)	(29.226)
Aplicações financeiras de curto prazo		(146.820)	(115.783)	(330.977)	(292.141)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		143.185	156.718	336.475	339.905
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(76.720)	(30.448)	(107.919)	(45.340)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	7.177	15.972	220.938	182.624
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(8.676)	(16.08)	(175.607)	(180.738)
Mútuo com empresa ligada	10	(468)	(327)	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(69.245)	(69.243)	(69.245)	(69.243)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(71.212)	(55.206)	(23.914)	(67.357)
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(3.805)	5.664	72	(3.361)
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	9.516	3.852	13.295	16.656
No fim do exercício	4	5.711	9.516	13.367	13.295
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(3.805)	5.664	72	(3.361)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos valores adicionados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Outras receitas		19	316	49.689	47.128
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		(655)	(402)	(1.444)	(945)
Total		679.394	684.468	1.283.262	1.265.854
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(319.423)	(341.573)	(545.641)	(545.593)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(118.556)	(114.669)	(192.120)	(194.915)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.474)	(7.541)	(7.959)	(7.541)
Outros descontos, abatimentos e doações		(4.426)	(3.632)	(8.637)	(4.762)
		(449.879)	(467.415)	(754.357)	(752.811)
Valor adicionado bruto		229.515	217.053	528.905	513.043
Depreciação, amortização e exaustão	11/12	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		217.520	205.978	491.201	478.254
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Outras		13.964	8.868	13.961	12.164
		98.470	102.022	55.247	53.476
Valor adicionado total a distribuir		315.990	308.000	546.448	531.730
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta		64.190	55.689	130.539	115.990
Benefícios		24.098	31.376	49.828	57.793
FGTS		5.906	6.689	10.978	10.648
		94.194	93.754	191.345	184.431
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		72.281	60.318	131.618	125.006
Estaduais		35.604	23.532	59.790	46.460
Municipais		1.662	1.468	2.406	2.081
		109.547	85.318	193.814	173.547

## Demonstrações dos valores adicionados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		19.692	18.692	52.674	51.314
Aluguéis		7.398	7.982	23.456	20.184
		<b>27.090</b>	<b>26.674</b>	<b>76.130</b>	<b>71.498</b>
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	47.688	48.851	47.688	48.851
Juros sobre o capital próprio	18	23.889	22.726	23.889	22.726
Lucros retidos		13.582	30.677	13.582	30.677
		<b>85.159</b>	<b>102.254</b>	<b>85.159</b>	<b>102.254</b>
		<b>315.990</b>	<b>308.000</b>	<b>546.448</b>	<b>531.730</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 DE DEZEMBRO DE 2014

(EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit SA ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros SA - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 14 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

EMPRESAS	(%) Participação	(%) Capital votante	LOCALIZAÇÃO DA SEDE	ATIVIDADE PRINCIPAL
SAMA SA	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila
Téquila Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Enqedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica
Wagner Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção. Não iniciou as suas operações até o fechamento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
Companhia Sulamericana de Cerâmica SA	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Importação, industrialização, comercialização, exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como as informações correlacionadas à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 26.

#### Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e

dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12684/2007), Rio de Janeiro (nº 3579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11643/2001) e Pernambuco (nº 12589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 2114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2015 e 11 de março de 2015, respectivamente, para divulgação em 12 de março de 2015.

## 2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

### 2.1 Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

#### a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

#### b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11638/07 e Lei nº 11941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos

exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.2 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica SA - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e

controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.

- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

### 2.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### 2.4 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determi-

nada. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação

## 2.5 Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

### a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

#### i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

#### ii) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por

fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

#### iii) *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

#### i) *Outros passivos financeiros*

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Em 31 de dezembro 2014, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

## 2.6 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS’s. Esta demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras.

## 2.7 Norma, alterações e interpretações de normas

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 1 de janeiro de 2015.

NORMA	REQUERIMENTO	IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 9 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita única, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Vigência a partir de 01/01/2017.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A norma estabelece que a entidade participante de uma <i>joint venture</i> (negócio em conjunto) deve aplicar os princípios relevantes relacionados ao <i>business combination</i> (combinação de negócios), inclusive preparando as divulgações requeridas pela norma aplicável à operação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que o IFRS 11 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IAS 16 e 38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 27 - Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	A alteração cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 27 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária e associado ou <i>joint venture</i> (negócio em conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunta. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 10 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções à regra de consolidação	A emissão esclarece(i) àqueles que atendem a definição de entidade de investimento como consolidar seus investimentos e relaciona às exceções à regra; e (ii) permite que outras entidades mantenham, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos (coligada ou negócio em conjunto) e não prossiga com a consolidação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de rever os conceitos anteriormente estabelecidos, tais como a relevância. A intenção do Comitê foi reafirmar o compromisso com a qualidade da informação contábil-financeira, que deve ser objetiva e de fácil compreensão. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 1 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das divulgações de <i>offset</i> às demonstrações financeiras condensadas	A alteração suprime a expressão “e períodos intermediários dentro desses períodos anuais” do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue “uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual”. Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que as alterações do IFRS 7 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.



NORMA	REQUERIMENTO	IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
IFRS 7 - Contratos de serviços	Esclarece que um contrato de serviço que inclui taxa de administração pode caracterizar constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza da taxa e disposição contra a orientação para o envolvimento continuado nos parágrafos IFRS 7.B30 e IFRS 7.42C, a fim de avaliar se são necessárias as divulgações. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 7 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias"	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 34 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 19 - Benefícios a Empregados - taxa de desconto	A alteração esclarece que títulos corporativos de alta qualidade de mercado devem ser avaliados com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país em que a obrigação se encontra. Quando não existe mercado de títulos corporativos de alta qualidade em dada moeda, taxas de títulos de dívida pública deve ser utilizadas. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IAS 19 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 5 - Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas	Esclarece-se, através da emissão de guidance, as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	O Grupo não espera que a alteração do IFRS 5 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas novas revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que

podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

#### 3.1 Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocada. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não houve redução do valor recuperável do ágio.

#### 3.2 Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

#### 3.3 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado,

de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

#### 3.4 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que

for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

#### 3.5 Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	5.711	9.516	11.690	11.100
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados	-	-	1.677	2.195
	<b>5.711</b>	<b>9.516</b>	<b>13.367</b>	<b>13.295</b>

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 31 de dezembro de 2013), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos	15.726	9.897	35.023	35.661

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2013).

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

## 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mercado interno	74.634	73.487	109.199	112.241
Mercado externo	-	-	73.753	55.521
(-) Ajuste a valor presente	-	(432)	(330)	(1362)
	74.634	73.055	182.622	166.400
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)
	71.327	69.774	175.933	160.389

## Composição do saldo de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	69.637	65.939	166.787	146.010
Valores vencidos:				
Até 30 dias	1.098	2.362	6.933	10.538
Entre 30 e 60 dias	293	1.283	1.444	2.654
Acima de 60 dias	299	190	769	1.187
	71.327	69.774	175.933	160.389

## Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(3.281)	(3.242)	(6.011)	(6.518)
Adição	(734)	(782)	(1.531)	(1.482)
Reversão	79	380	87	497
Baixa	629	363	766	1.492
Saldo final	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)

## 7. ESTOQUES

## Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	36.060	41.554	88.370	72.551
Produtos semi-acabados	-	-	2.444	216
Revenda	7.749	9.751	12.343	14.698
Matérias-primas	21.793	29.854	21.503	31.142
Materiais auxiliares	5.658	5.091	25.671	22.789
( - ) Provisão para perdas <sup>(*)</sup>	(1.865)	(417)	(2.238)	(1.352)
	69.395	85.833	148.093	141.944

(\*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(417)	-	(1.352)	(935)
Provisão	(1.865)	(443)	(2.009)	(443)
Reversão	417	26	123	26
Saldo final	(1.865)	(417)	(2.238)	(1.352)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram consumidos o equivalente a R\$ 257.513 (R\$ 259.318 em dezembro de 2013) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e R\$ 409.669 (R\$ 395.647 em dezembro de 2013) no Consolidado, conforme mencionado na nota explicativa 23.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	1.760	1.005	3.803	2.131
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	204	191	401	413
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	602	8.285	1.051	8.690
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	140	2.243	194	2.311
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	996	3.400	996	3.400
Fundo - FOMENTAR - ICMS <sup>(*)</sup>	1.661	1.197	1.661	1.197
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS e outros	672	221	2.267	1.506
	6.035	16.542	10.373	19.648
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	1164	1.218	2.705	4.021
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.841	13.363	13.841	13.363
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	7.910	7.638	7.910	7.638
	22.915	22.219	24.456	25.022

(\*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

## 9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Resumo da composição dos investimentos:

	Controladora							
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner	Total
Investimentos	11.685	23.985	7.830	90.385	34.338	67.134	4.164	239.521
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080

	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner	Total
Em 01 de janeiro 2013	-	17.578	7.821	107.183	13.029	72.246	4.059	221.916
Dividendos	-	(7.222)	(2.653)	(65.112)	-	-	-	(74.987)
Juros sobre o capital próprio	-	(829)	-	(4.492)	-	-	-	(5.321)
Resultado da equivalência patrimonial	(938)	10.694	2.890	70.304	(6.223)	(459)	(1)	76.267
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	428	-	-	-	428
Aporte de capital	200	-	-	-	29.226	-	-	29.426
Em 31 de dezembro 2013	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729
Dividendos	-	<b>(7.121)</b>	<b>(2.803)</b>	<b>(65.691)</b>	-	-	-	<b>(75.615)</b>
Juros sobre o capital próprio	-	<b>(955)</b>	-	<b>(4.509)</b>	-	-	-	<b>(5.464)</b>
Resultado da equivalência patrimonial	<b>(4.075)</b>	<b>11.842</b>	<b>3.080</b>	<b>70.935</b>	<b>(13.676)</b>	<b>(4.455)</b>	<b>123</b>	<b>63.774</b>
Reversão Correção Monetária Complementar - IFRS	-	<b>(2)</b>	<b>(505)</b>	<b>(221)</b>	-	<b>(198)</b>	<b>(17)</b>	<b>(943)</b>
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	<b>(1.881)</b>	-	-	-	<b>(1.881)</b>
Aporte de capital	<b>16.498</b>	-	-	-	<b>11.982</b>	-	-	<b>28.480</b>
Em 31 de dezembro de 2014	<b>11.685</b>	<b>23.985</b>	<b>7.830</b>	<b>106.944</b>	<b>34.338</b>	<b>67.134</b>	<b>4.164</b>	<b>256.080</b>

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 34.338 (R\$ 36.032 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao investimento na controlada em conjunto com a CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em *joint venture* em 31 de dezembro de 2014:

	Controladas						Joint Venture	
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	Companhia Sulamericana de Cerâmica SA	
Ativo circulante	4.947	23.230	4.059	166.231	32.799	3.956	65.074	
Ativo não circulante	114.301	14.696	4.555	114.707	59.348	1.785	115.580	
Passivo circulante	59.281	9.851	783	128.748	11.987	16	54.518	
Passivo não circulante	48.281	4.089	-	57.161	13.020	1.554	68.907	
Patrimônio líquido	11.686	23.986	7.831	95.029	67.141	4.171	57.229	
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%	
Valor contábil do investimento	11.685	23.985	7.830	95.027	67.134	4.164	34.338	
Receita operacional líquida	-	77.869	-	407.789	79.049	-	39.491	
Custo dos produtos vendidos	-	(54.208)	-	(206.966)	(55.799)	-	(33.315)	
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	85	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	(4.076)	11.842	3.080	70.935	(4.455)	123	(22.793)	
Atribuível a:								
Participação da Companhia	(4.075)	11.842	3.080	70.933	(4.455)	123	(13.676)	

## 10. PARTES RELACIONADAS

### a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	Contas a Receber		Mútuo ativo		Fornecedores		Mútuo passivo	
	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13
Eternit da Amazônia <sup>(ii) e (iii)</sup>	53	1062	-	-	20.150	-	-	-
Precon <sup>(ii) e (iii)</sup>	980	488	1964	7.926	-	-	8	-
SAMA <sup>(ii) e (iii)</sup>	311	169	19.974	8.735	-	-	7.544	7.128
Prel	-	-	654	2.653	-	-	91	88
Tégula <sup>(ii) e (iii)</sup>	127	96	706	706	8.421	7.705	-	1
Companhia Sulamericana de Cerâmica <sup>(ii) e (iii)</sup>	2.427	9.780	-	-	726	2018	-	-

(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunta, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Controladora							
	Vendas		Compras		Despesa		Outras receitas	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Precon	2.710	8.880	-	-	-	-	-	-
Tégula	464	385	-	-	-	-	-	-
CSC	1.706	-	-	-	-	-	-	-
SAMA	-	-	78.335	70.264	-	-	-	-
Descontos obtidos - SAMA	-	-	30	-	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	1.056	500	-	-	-	-
Juros sobre mútuo - SAMA	-	-	-	-	3.124	2.183	-	-
Juros sobre mútuo - Tégula	-	-	-	-	-	-	844	578
JCP - SAMA	-	-	-	-	-	-	4.509	4.492
JCP - Precon	-	-	-	-	-	-	955	828

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

## b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários, honorários e benefícios	4.599	5.082	5.559	6.014
Encargos sociais	1.288	1.430	1.599	1.735
Participação nos lucros - PLRE	1.797	3.642	2.372	4.316
Bônus complementar	735	2.419	1.062	3.093
Benefícios pós-emprego	82	229	93	387
	<b>8.501</b>	<b>12.802</b>	<b>10.685</b>	<b>15.545</b>

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar, a título de PLRE, aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a posição acionária da Diretoria era de 2.121.148 ações - ETER3 (995.283 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

## 11. IMOBILIZADO

### Política contábil

#### Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumu-

lado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

*Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio*

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo	Controladora										Total
	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento		
Saldo em 01 de janeiro de 2013	701	32.865	94.939	12.877	77.109	3.578	5.109	3.372	12.717	242.567	
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	36.913	36.913	
Baixas	-	-	(381)	-	(272)	(791)	(36)	(103)	-	(1.583)	
Transferências	-	639	7.093	78	2.251	-	670	735	(11.466)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	701	32.804	101.651	12.955	79.088	2.787	5.743	4.004	38.164	277.897	
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	22.863	22.863	
Baixas	(553)	(16)	(664)	(4)	(178)	(1.221)	(73)	(196)	(14.473)	(17.378)	
Transferências	1.873	697	9.027	151	4.836	93	374	543	(17.574)	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.021</b>	<b>33.485</b>	<b>110.014</b>	<b>13.082</b>	<b>83.746</b>	<b>1.659</b>	<b>6.044</b>	<b>4.351</b>	<b>28.980</b>	<b>283.382</b>	
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-	
<b>Depreciação acumulada</b>											
Saldo em 01 de janeiro de 2013	-	(18.631)	(44.152)	(8.651)	(40.643)	(2.531)	(2.310)	(2.589)	-	(119.507)	
Adições	-	(722)	(1.852)	(1.087)	(5.542)	(259)	(452)	(342)	-	(10.256)	
Baixas	-	-	358	-	72	734	26	101	-	1.291	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(19.353)	(45.646)	(9.738)	(46.113)	(2.056)	(2.736)	(2.830)	-	(128.472)	
Adições	-	(742)	(2.934)	(928)	(5.509)	(120)	(477)	(393)	-	(11.103)	
Baixas	-	16	273	2	173	1.140	54	194	-	1.852	
Transferências	-	-	29	-	(30)	-	1	-	-	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>(20.079)</b>	<b>(48.278)</b>	<b>(10.664)</b>	<b>(51.479)</b>	<b>(1.036)</b>	<b>(3.158)</b>	<b>(3.029)</b>	<b>-</b>	<b>(137.723)</b>	
Valor residual											
Em 01 de janeiro de 2013	701	13.534	50.787	4.226	36.466	1.047	2.799	783	12.717	123.060	
Em 31 de dezembro de 2013	701	13.451	56.005	3.277	32.975	731	3.007	174	38.164	149.425	
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.021</b>	<b>13.406</b>	<b>61.736</b>	<b>2.418</b>	<b>32.267</b>	<b>623</b>	<b>2.886</b>	<b>1.322</b>	<b>28.980</b>	<b>145.659</b>	

	Edifícios e Terrenos	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos fora de estrada	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios de informática	Equipamentos de informática	Recursos da mina	Remonte minerais	Imobilizações em andamento	Controladora Total
<b>Custo</b>													
Saldo em 01 de janeiro de 2013	4.084	80.585	181.492	24.600	26.479	208.398	25.051	4.280	15.366	7.514	5.778	13.387	16.070
Adições	-	283	3.472	-	64	133	161	-	844	129	-	-	55.041
Baixas	-	-	(786)	-	(215)	(324)	(968)	-	(553)	(317)	-	-	(3.163)
Transferências	-	672	11.595	2.960	395	8.187	461	259	1671	107	-	(27.327)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.084	81.540	195.773	27.570	26.723	216.394	24.705	4.539	17.328	8.453	5.778	13.387	43.784
Adições	-	25	627	-	7	92	855	-	52	119	-	-	98.676
Baixas	(553)	(906)	(1.461)	(7)	(6)	(178)	(2.455)	(2.763)	(194)	(309)	-	-	(8.882)
Transferências	1873	1.360	12.865	2.495	131	13.860	550	-	1052	1052	-	(35.238)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.404</b>	<b>82.019</b>	<b>207.804</b>	<b>30.058</b>	<b>26.855</b>	<b>230.168</b>	<b>23.675</b>	<b>1776</b>	<b>18.238</b>	<b>935</b>	<b>5.778</b>	<b>13.387</b>	<b>107.222</b>
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	-	5,3%
<b>Depreciação acumulada</b>													
Saldo em 01 de janeiro de 2013	-	(46.226)	(101.538)	(15.034)	(17.535)	(177.493)	(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	(360.637)
Adições	-	(17.55)	(4.424)	(4.028)	(2.645)	(110.46)	(5.731)	(185)	(1.515)	(6.85)	(4.94)	(6.96)	(33.204)
Baixas	-	-	762	-	207	124	912	-	535	307	-	-	2.847
Transferências	-	-	29	-	-	-	-	-	(29)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)	(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	-
Adições	-	(17.52)	(6.311)	(4.491)	(2.369)	(119.25)	(5.561)	(180)	(1.575)	(796)	(231)	(6.96)	(35.887)
Baixas	-	565	703	7	4	173	2.334	2.617	161	302	-	-	6.866
Transferências	-	-	28	-	-	(30)	-	-	(2)	4	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>(49.168)</b>	<b>(110.751)</b>	<b>(23.546)</b>	<b>(22.338)</b>	<b>(170.197)</b>	<b>(19.907)</b>	<b>(1.604)</b>	<b>(9.975)</b>	<b>(6.708)</b>	<b>(1.550)</b>	<b>(4.271)</b>	<b>-</b>
Valor residual													
Em 01 de janeiro de 2013	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905	13.900	424	7.86	16.74	4.953	10.508	16.070
Em 31 de dezembro de 2013	4.084	33.559	90.602	8.508	6.750	57.979	8.025	498	8.769	2.235	4.459	9.882	43.784
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.404</b>	<b>32.851</b>	<b>97.053</b>	<b>6.512</b>	<b>4.517</b>	<b>59.971</b>	<b>3.768</b>	<b>172</b>	<b>8.263</b>	<b>2.607</b>	<b>4.228</b>	<b>9.116</b>	<b>107.222</b>

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 1172 (R\$ 1272 em 31 de dezembro de 2013).

## 12 INTANGÍVEL

### Política contábil

#### Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

*Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio*

Consulte a nota explicativa número 11.

	Software	Software em andamento	Outros	Total
<b>CONTROLADORA</b>				
<b>Custo</b>				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	7.185	-	11	7.196
Adições	45	2.844	-	2.889
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.230	2.844	11	10.085
<b>Adições</b>	<b>133</b>	<b>2.612</b>	<b>-</b>	<b>2.745</b>
<b>Transferência</b>	<b>3.756</b>	<b>(3.756)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>11.119</b>	<b>1.700</b>	<b>11</b>	<b>12.830</b>
<b>Vida útil (em anos)</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortização</b>				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(4.682)	-	-	(4.682)
Adições	(819)	-	-	(819)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(5.501)	-	-	(5.501)
<b>Adições</b>	<b>(892)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(892)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(6.393)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.393)</b>
<b>Valor residual</b>				
Saldo em 01 de janeiro de 2013	2.503	-	11	2.514
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.729	2.844	11	4.584
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>4.726</b>	<b>1.700</b>	<b>11</b>	<b>6.437</b>

CONSOLIDADO	Software	Ágio	Marcas e patentes	Software em andamento	Outros	Total
<b>Custo</b>						
Saldo em 01 de janeiro de 2013	13.143	19.995	1156	-	75	34.369
Adições	325	-	260	3.636	-	4.221
Transferências	792	-	-	(792)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.260	19.995	1416	2.844	75	38.590
Adições	552	-	-	3.211	-	3.763
Transferências	4.355	-	-	(4.355)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>19.167</b>	<b>19.995</b>	<b>1416</b>	<b>1700</b>	<b>75</b>	<b>42.353</b>
<b>Amortização</b>						
Saldo em 01 de janeiro de 2013	(8.328)	-	-	-	(1)	(8.329)
Adições	(1.585)	-	-	-	-	(1.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(9.913)	-	-	-	(1)	(9.914)
Adições	(1.817)	-	-	-	-	(1.817)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(11.730)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(11.731)</b>
<b>Valor residual</b>						
Saldo em 01 de janeiro de 2013	4.815	19.995	1156	-	74	26.040
Saldo em 31 de dezembro 2013	4.347	19.995	1416	2.844	74	28.676
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>7.437</b>	<b>19.995</b>	<b>1416</b>	<b>1700</b>	<b>74</b>	<b>30.622</b>

### 13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mercado Interno	20.528	15.718	39.408	31.977
Mercado Externo	2.330	6.947	2.743	7.570
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	-	(221)	-	(254)
	<b>22.858</b>	<b>22.444</b>	<b>42.151</b>	<b>39.293</b>

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção,

os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

No exercício de 2014 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos de imobilizados em andamento, totalizando o montante de R\$ 7.766 (R\$ 2.737 em 2013).

	TAXA DE JUROS E COMISSÕES - %	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>Circulante:</b>					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	1225	628	6.595	6.072
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,03% a 3,56% a.a.	1841	8.316	13.255	10.854
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a.	-	-	363	-
Moeda nacional para capital de giro	De 0,9% + 100% CDI	-	-	10.391	-
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	Média de 1,68% a.a.	-	-	58.342	39.955
		<b>3.066</b>	<b>8.944</b>	<b>88.946</b>	<b>56.881</b>
<b>Não circulante:</b>					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,14% a 10% a.a. + TJLP	3.409	1.750	8.254	11.566
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 1,03% a 3,56% a.a.	1.720	12.618	30.491	14.233
Moeda nacional (leasing financeiro) para aquisição de veículo	1,23% a.a.	-	-	233	-
		<b>5.129</b>	<b>14.368</b>	<b>38.978</b>	<b>25.799</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2015	-	11.328	-	17.663
2016	2.084	2.336	13.470	6.161
2017	2.067	490	11.429	1.210
2018	924	214	9.641	562
2019	54	-	4.438	203
	<b>5.129</b>	<b>14.368</b>	<b>38.978</b>	<b>25.799</b>

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2014.

### 15. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Férias	7.843	6.760	15.077	12.980
Participação nos lucros e resultados <sup>(a)</sup>	2.381	3.704	8.671	10.145
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	555	593	1.011	1.008
Instituto nacional do seguro social - INSS	1.951	1.848	3.476	3.367
Outros	8	75	422	509
	<b>12.738</b>	<b>12.980</b>	<b>28.657</b>	<b>28.009</b>

(a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

## Participação nos lucros e resultados

	31/12/2014	31/12/2013
Controladora	4.269	5.785
Consolidado	11.117	13.168

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Circulante:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	863	8.923	12.242
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	-	-	1.751	2.432
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	6.162	6.304	9.026	9.372
Imposto sobre produtos Industrializados - IPI	2.345	1.824	2.686	2.107
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.408	1.405	2.274	3.258
Programa de integração social - PIS	280	281	467	683
Impostos de renda retido na fonte-IRRF	1.394	1.331	2.128	1.943
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	-	-	1.413	1.515
Outros	277	218	513	463
Total Circulante	11.866	12.226	29.181	34.015
Não circulante:				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS <sup>(*)</sup>	7.787	7.697	10.605	9.432

(\*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUN-DOPEM e PRODUIZIR na controlada Tégula

## 17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

## Política contábil

## Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

## 1) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados em bases anuais.

## a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de juro atuarial real	6,09%	6,32%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	6,49%	5,80%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

## b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	2.511	2.174	3.677	3.861
Não circulante	27.730	23.710	41.654	34.527
	30.241	25.884	45.331	38.388

## c) Despesa líquida com benefício em 2014 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	1.813	4.793	3.049
Benefícios pagos	(2.452)	(2.209)	(4.377)	(4.209)
<b>Resultado líquido com benefício</b>	<b>780</b>	<b>(396)</b>	<b>416</b>	<b>(1160)</b>

## d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
<b>Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2013</b>	22.363	32.029
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	3.049
Benefícios pagos	(2.209)	(4.209)
<b>Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013</b>	21.967	30.869
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)
<b>Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>22.747</b>	<b>31.285</b>

## e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2014:

	Controladora	Consolidado
01 de janeiro de 2014	25.884	38.388
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)
Ajuste de experiência	3.577	6.527
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>30.241</b>	<b>45.331</b>

## f) Análise de sensibilidade:

CONTROLADORA	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	30.241	27.747	32.999	30.241	32.889	27.934
<b>Varição</b>		<b>(8,25%)</b>	<b>9,12%</b>		<b>8,76%</b>	<b>(7,63%)</b>

CONSOLIDADO	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	45.331	41.599	49.558	45.331	49.421	41.810
<b>Varição</b>		<b>(8,23%)</b>	<b>9,32%</b>		<b>9,02%</b>	<b>(7,77%)</b>

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

q) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Dentro dos próximos 12 meses	2.511	2.174	3.677	3.224
Entre 2 e 5 anos	9.472	7.543	14.458	11.188
Entre 5 e 10 anos	9.213	7.519	13.499	11.152
Após 10 anos	9.045	8.648	13.697	12.824
	<b>30.241</b>	<b>25.884</b>	<b>45.331</b>	<b>38.388</b>

#### 11) Plano de suplementação de aposentadoria

dor de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não há provisão registrada em dezembro de 2014.

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gera-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	1.444	3.017	4.081	3.864

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Política contábil

##### Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

##### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 334.251.

Em 24 de setembro de 2014 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária e foi deliberado o desdobramento das ações ordinárias da Companhia. Em 25 de setembro de 2014 cada 1 (uma) ação emitida pela Companhia passou a ser representada por 2 (duas) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social. As 89.500.000 ações passaram a ser representadas por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como seque na data de 31 de dezembro de 2014:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	31/12/2014		31/12/2013	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	9.02	116.445.329	7.866	54.545.407
Pessoas jurídicas	94	3.102.086	97	16.195.554
Pessoas residentes no exterior	137	18.680.383	146	11.422.700
Clubes, fundos e fundações	114	40.713.470	131	21.882.973
	<b>9.357</b>	<b>178.941.268</b>	<b>8.240</b>	<b>89.470.634</b>
Ações em tesouraria	-	58.732	-	29.366
	<b>9.357</b>	<b>179.000.000</b>	<b>8.240</b>	<b>89.500.000</b>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

##### b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 95 (R\$ 257 em 31 de dezembro de 2013).

##### c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Efeito da diluição		
Lucro líquido do período atribuível aos minoritários	85.159	102.254
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	178.941	89.471
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,48	1,14

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

##### d) Dividendos

Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram os seguintes:

EVENTO	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA <sup>(1)</sup> de 07 de maio de 2014	28/05/2014	11.900	0,133
RCA <sup>(1)</sup> de 06 de agosto de 2014	27/08/2014	11.899	0,133
RCA <sup>(1)</sup> de 05 de novembro de 2014	27/11/2014	11.900	0,067
RCA <sup>(1)</sup> de 11 de março de 2015	31/03/2015	11.989	0,067
		<b>47.688</b>	

(1) RCA - Reunião do Conselho de Administração



e) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio propostos para o o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram:

EVENTO	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA <sup>(*)</sup> de 07 de maio de 2014	28/05/2014	5.994	0,067
RCA <sup>(*)</sup> de 06 de agosto de 2014	27/08/2014	5.995	0,067
RCA <sup>(*)</sup> de 05 de novembro de 2014	27/11/2014	5.995	0,034
RCA <sup>(*)</sup> de 19 de dezembro de 2014	31/03/2015	5.905	0,033
		23.889	

(\*) RCA - Reunião do Conselho de Administração

## Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2014, representa:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Juros sobre capital próprio	5.204	4.639
Dividendos	11.989	12.436
Proventos de exercícios anteriores	704	806
	17.897	17.881

f) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	85.159	102.254
Constituição de Reservas		
Legal	(4.258)	(5.113)
Estatutária <sup>(i)</sup>	(4.258)	(5.113)
Subvenção de Investimento	-	(754)
Retenção de lucros	(5.066)	(19.697)
<b>Lucro disponível</b>	<b>71.577</b>	<b>71.577</b>
Dividendos propostos e pagos	47.688	48.851
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	23.889	22.726
<b>Total</b>	<b>71.577</b>	<b>71.577</b>
<b>Valor dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>19.161</b>	<b>23.007</b>

(i) Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva estatutária será destinada à manutenção do capital de giro da sociedade, até atingir 10% do capital social.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2014, no montante de R\$ 5.066, totalizando em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 102.603 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

g) Orçamento de capital - aplicação de recursos**PROJETOS - 2015**

• Manutenção e atualização do parque industrial	29.557
• Instalação de unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção	4.625
• Investimento estratégico	5.608
	39.790

**19. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL**Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

*Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir*

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

*Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 971 (R\$ 898 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

*Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás SA empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR*

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 31.880, com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

No exercício de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 3.457 (R\$ 2.439 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

*Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)*

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit SA. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados nesta nota explicativa foram divulgados pela administração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre

todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

#### a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	86.401	99.734	130.084	142.229
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(29.376)	(33.910)	(44.228)	(48.357)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	21.683	25.930	(4.650)	(2.116)
Juros sobre o capital próprio	6.264	5.918	8.122	7.727
Doações e brindes	(485)	(158)	(2.048)	(904)
Tributos e multas indedutíveis	(48)	(28)	(98)	(152)
Incentivo Fiscal	32	51	692	714
Outras (adições) exclusões sobre diferenças permanentes	688	4.717	(2.714)	3.115
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(12.42)	2.520	(44.924)	(39.973)
Taxa Efetiva	-1,4%	2,5%	-34,5%	-28,1%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social corrente	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(384)	2.048	(3.615)	156
	(1.242)	2.520	(44.924)	(39.973)

A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	5.108	5.483	14.779	15.154
Benefícios futuros a ex-empregados	10.282	8.800	15.413	13.052
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.059	7.682	16.773	15.485
Lucros não realizados nos estoques	-	-	2.392	2.348
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	703	610
Provisão para participação nos lucros e resultados	810	1.259	1.972	2.811
Provisão para perda do imobilizado	1.750	1.750	1.750	1.750
Mercadorias não embarcadas	-	-	-	2.271
Outras provisões	(1.259)	(937)	(483)	1.631
	24.750	24.037	53.299	55.112

Expectativa de realização dos créditos tributários

#### i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	552	1.456
2016	331	897
2017	659	1.567
2018	659	1.689
2019 a 2024	2.907	9.170
	5.108	14.779

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2014, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 32.582 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 32.733, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2014, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

## 21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

### ii. *Diferenças temporárias*

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	3.862	5.606
2016	1.768	4.334
2017	1.768	3.819
2018	1.768	5.323
2019 a 2024	10.476	19.438
	<b>19.642</b>	<b>38.520</b>

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Processos trabalhistas <sup>(i)</sup>	20.258	19.780	29.225	29.219
Processos cíveis	-	-	4.930	4.397
Processos tributários <sup>(ii)</sup>	5.968	5.335	25.394	21.043
	<b>26.226</b>	<b>25.115</b>	<b>59.549</b>	<b>54.659</b>

#### i) Na área trabalhista os principais processos contemplam

- Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias entre outras.

#### ii) Na área tributária os principais processos englobam

- Diferença de valores recolhidos a título de ICMS; e
- Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Total
	Provisões Trabalhistas	Provisões Tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	17.214	5.443	22.657
Adições	3.678	1.918	5.596
Reversões	(1.112)	(2.026)	(3.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.780	5.335	25.115
Adições	3.973	1.266	5.239
Baixas	(1.801)	-	(1.801)
Reversões	(1.694)	(633)	(2.327)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>20.258</b>	<b>5.968</b>	<b>26.226</b>

	Consolidado			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	26.321	4.346	20.449	51.116
Adições	5.546	508	3.650	9.704
Pagamentos	(168)	-	-	(168)
Reversões	(2.480)	(457)	(3.056)	(5.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.219	4.397	21.043	54.659
Adições	5.557	533	8.353	14.443
Baixas	(1.801)	-	(388)	(2.189)
Reversões	(3.750)	-	(3.614)	(7.364)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>29.225</b>	<b>4.930</b>	<b>25.394</b>	<b>59.549</b>

### iii) *Ações cuja probabilidade de perda é possível*

Em 31 de dezembro de 2014, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 10.863 (R\$ 9.714 em 31 de dezembro de 2013), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas.
- Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- Ação de Improbidade Administrativa relacionada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.

e) Em 2013 e 2014, duas ações civis publicadas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados na ação acima. A defesa foi apresentada e aguarda julgamento de mérito.

O Grupo efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### Política contábil

#### Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao compra-

dor e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; e
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

#### Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Descontos e abatimentos incondicionais	(2.992)	(3.438)	(3.178)	(3.602)
Impostos incidentes sobre as vendas	(169.373)	(172.591)	(253.685)	(258.768)
Receita operacional líquida	507.665	508.525	978.154	957.301

## 23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
Despesas com vendas	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Despesas gerais, administrativas e remuneração da Administração	(52.083)	(54.697)	(122.465)	(113.349)
	(482.793)	(486.546)	(832.872)	(805.960)
Matéria-prima consumida	(257.513)	(259.318)	(409.669)	(395.647)
( - ) Ajuste a valor presente	1.341	2.244	1.952	2.670
Despesas com pessoal e encargos	(105.668)	(108.252)	(164.861)	(165.186)
Materiais, energia elétrica e serviços	(32.814)	(41.784)	(45.683)	(56.933)
Aluguel de Bens Móveis	(7.134)	(7.768)	(11.810)	(9.790)
Despesas de vendas variáveis	(10.294)	(9.018)	(38.671)	(38.110)
Depreciação e amortização	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)
Despesas com Viagens	(5.159)	(6.177)	(8.727)	(10.459)
Despesas c/ Matl e Serv. Informática	(3.923)	(3.707)	(6.669)	(6.328)
Serviços de terceiros	(20.528)	(16.049)	(52.644)	(44.051)
Comissões sobre vendas	(12.000)	(11.094)	(21.085)	(19.886)
Contribuição para entidades de classe	(3.558)	(1.918)	(14.800)	(7.897)
Propaganda e publicidade	(9.359)	(7.932)	(12.266)	(9.898)
Impostos e taxas	(1.918)	(2.005)	(3.977)	(3.305)
Desp. Prov p/ Crédito Liquidação Duvidosa	(655)	(407)	(1.444)	(945)
Outras	(1.616)	(2.286)	(4.814)	(5.406)
	(482.793)	(486.546)	(832.872)	(805.960)

## 24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Outras receitas operacionais:</b>				
Vendas bens de imobilizado	577	354	1.488	470
Receitas eventuais	328	2.324	669	5.179
Aluguéis	-	-	3.017	3.042
Créditos Extemporâneos	3.759	6.758	3.759	6.758
Fundo FI - Previdência Privada <sup>(i)</sup>	1.446	4.153	1.446	4.153
Outras	354	182	1.250	183
	6.464	13.771	11.629	19.785
<b>Outras despesas operacionais:</b>				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(914)	(3.038)	(2.080)	(3.038)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(3.249)	(2.530)	(4.672)	(4.254)
Impostos sobre outras vendas	(256)	(427)	(938)	(1.150)
Garantia de qualidade	(515)	(615)	(768)	(776)
Substituição de produto avariado	(685)	(434)	(685)	(434)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.203)	(1.173)	(1.679)	(1.518)
Custo da baixa do imobilizado	(172)	(289)	(410)	(325)
Outras	(2.755)	(1.972)	(4.207)	(10.161)
	(9.749)	(10.478)	(15.439)	(21.656)
Total	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)

(i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

## 25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

### Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Receitas financeiras:</b>				
Rendimentos aplicação financeiras - incluindo certificados de depósitos bancários	2.194	2.241	5.027	4.719
Descontos obtidos	110	395	188	524
Juros ativos	6.748	6.855	10.526	10.355
Variações monetárias ativas	2.886	726	2.961	759
Variações cambiais ativas	8.794	6.670	36.166	31.075
Outras receitas financeiras	-	-	94	103
	<b>20.732</b>	<b>16.887</b>	<b>54.962</b>	<b>47.535</b>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros sobre financiamentos	(320)	(288)	(854)	(722)
Juros sobre mútuo	(3.123)	(2.183)	-	-
Juros passivos	(1.810)	(2.442)	(4.267)	(5.656)
Despesas bancárias	(1.096)	(986)	(1.351)	(1.255)
Descontos concedidos	(879)	(931)	(2.045)	(2.234)
IOF	(437)	(322)	(1.045)	(539)
PIS e COFINS - Juros s/ capital próprio	(378)	(491)	(383)	(491)
Variações cambiais passivas	(9.119)	(8.818)	(36.744)	(32.348)
Variações monetárias	(2.197)	(1.956)	(5.266)	(4.674)
Outras	(333)	(275)	(719)	(634)
	<b>(19.692)</b>	<b>(18.692)</b>	<b>(52.674)</b>	<b>(48.553)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>1.040</b>	<b>(1.805)</b>	<b>2.288</b>	<b>(1.018)</b>

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto, assim como área geográfica de atuação. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto como, por exemplo, revenda de louças, mármore sintético, aquecedor solar, entre outros.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
Mineral crisolita	Mercados local e externo
Telhas de concreto	Mercado local
Outros	Mercado local

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são as seguintes:

	31/12/2014							
	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
<b>Fibrocimento e cimento de fio sintético</b>								
Sudeste	256.354	41.232	95.102	25.428	5.890	2.768	258	(812)
Sul	42.586	50.117	144.017	38.869	9.283	4.832	392	(1.229)
Centro-Oeste	70.437	59.972	219.122	62.391	17.227	3.124	596	(1.870)
Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878	25.793	6.097	1.891	261	(818)
	<b>373.896</b>	<b>185.173</b>	<b>554.119</b>	<b>152.481</b>	<b>38.497</b>	<b>12.615</b>	<b>1.507</b>	<b>(4.729)</b>
<b>Mineral crisolita</b>								
Mercado local	280.938	92.180	111.996	123.866	82.555	19.245	888	(16.859)
Mercado externo	-	-	174.750	76.828	25.987	-	1.093	(20.748)
	<b>280.938</b>	<b>92.180</b>	<b>316.746</b>	<b>200.694</b>	<b>108.542</b>	<b>19.245</b>	<b>1.981</b>	<b>(37.607)</b>
<b>Telhas de concreto</b>	<b>92.153</b>	<b>25.008</b>	<b>67.184</b>	<b>23.250</b>	<b>(2.817)</b>	<b>4.996</b>	<b>(2.016)</b>	<b>(1.638)</b>
<b>Outros(*)</b>	<b>150.877</b>	<b>80.695</b>	<b>40.105</b>	<b>7.850</b>	<b>(14.158)</b>	<b>848</b>	<b>816</b>	<b>(950)</b>
<b>Total</b>	<b>897.864</b>	<b>383.056</b>	<b>978.154</b>	<b>384.275</b>	<b>130.084</b>	<b>37.704</b>	<b>2.288</b>	<b>(44.924)</b>

(\*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9. Investimentos

	31/12/2013	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
<b>Fibrocimento e cimento de fio sintético</b>						
Sudeste	246.494	25.322	5.971	2.438	(247)	(188)
Sul	59.274	33.987	8.329	4.020	(328)	(249)
Centro-Oeste	74.053	54.729	17.395	2.284	(477)	(363)
Norte e Nordeste	28.377	22.707	5.512	1.673	(219)	(167)
	408.198	136.745	37.207	10.415	(1.271)	(967)
<b>Mineral crisotila</b>						
Mercado local	252.140	129.395	82.484	17.913	905	(19.079)
Mercado externo	-	68.525	24.745	-	844	(17.806)
	252.140	197.920	107.229	17.913	1.749	(36.885)
<b>Telhas de concreto</b>	96.715	26.515	993	4.594	(1830)	(1.445)
<b>Outros<sup>(*)</sup></b>	76.581	20.244	(3.200)	1867	334	(676)
<b>Total</b>	<b>833.632</b>	<b>381.424</b>	<b>142.229</b>	<b>34.789</b>	<b>(1.018)</b>	<b>(39.973)</b>

(\*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9. Investimentos.

## 27. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2014, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

MODALIDADE	BENS COBERTOS	VALOR DA COBERTURA
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 358.100

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis:

Mensurados ao valor justo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5.711	9.516	13.367	13.295
Aplicações financeiras	15.726	9.897	35.023	35.661
Contas a receber mercado externo	-	-	73.753	55.521
	<b>21.437</b>	<b>19.413</b>	<b>122.143</b>	<b>104.477</b>
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>				
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores	22.858	22.444	42.151	39.293
Empréstimos e financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680
	<b>31.053</b>	<b>45.756</b>	<b>170.075</b>	<b>121.973</b>

#### b) Hierarquia do valor justo

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são consideradas "Nível I", no qual a mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

## Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

### 1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a

variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento

#### a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em 31/12/2014
	31/12/2014	31/12/2013	(US\$/€ 1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	73.753	55.521	2,66
Fornecedores no mercado externo	(27.443)	(7.570)	2,66
ACE	(58.342)	(39.955)	2,66
Financiamentos (USD)	(42.808)	(24.020)	2,66
Financiamentos (EUR)	(938)	(1.067)	3,23
<b>Total da exposição cambial</b>	<b>(31.078)</b>	<b>(17.091)</b>	

#### a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo:

Saldo (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*)	Posição em 31/12/2014	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>USD</b>				133	199	333	399
Clientes mercado externo	USD	2,66	73.753	36.877	55.176	92.330	110.630
Fornecedores mercado externo	USD	2,66	(27.443)	(13.72)	(2.052)	(3.434)	(4.115)
ACE	USD	2,66	(58.342)	(29.171)	(43.647)	(73.037)	(87.513)
Financiamentos	USD	2,66	(42.808)	(21.404)	(32.026)	(53.590)	(64.212)
<b>EUR</b>				162	242	404	485
Financiamentos	EUR	3,23	(938)	(470)	(703)	(1.173)	(1.408)
<b>Total das exposições</b>			<b>(31.078)</b>	<b>(15.540)</b>	<b>(23.252)</b>	<b>(38.904)</b>	<b>(46.618)</b>

(\*) As taxas do dólar e do euro foram retiradas do site do BACEN.

#### b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	-	-	1.677	2.195
Aplicações financeiras de curto prazo	15.726	9.897	35.023	35.661
<b>Total da exposição à taxa de juros</b>	<b>15.726</b>	<b>9.897</b>	<b>36.700</b>	<b>37.856</b>

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia

brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2014	Cenário Provável	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano			
				Risco de redução Cenário I (-50%)	Risco de redução Cenário II (-25%)	Risco de aumento Cenário III (+25%)	Risco de aumento Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>			<b>11,65%</b>	<b>5,83%</b>	<b>8,74%</b>	<b>14,56%</b>	<b>17,48%</b>
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	1.677	1.872	1.775	1.824	1.921	1.970
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	35.023	39.103	37.065	38.084	40.122	41.145

#### c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o Painel Wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros. Nesta mesma vertente de crescimento, a Companhia iniciou dois projetos "greenfield" para instalar:

- Fábrica multiprodutos no Distrito Industrial do Porto de Pecém no Ceará, *joint venture* com a multinacional colombiana "Colceramica" empresa das Organizações Corona. A participação societária é de 60% da Eternit que reúne o *know-how* de conhecimento do mercado brasileiro e logística eficiente e Colceramica com 40% com o *know-how* de manufatura com custos de produção competitivos.
- Instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos e materiais de construção - 13ª unidade do Grupo Eternit - na cidade de Manaus, Amazonas.

No caso da *joint venture* os riscos seriam com relação à saída

da Colceramica da sociedade, onde a Eternit poderá encontrar dificuldades para produzir louças sanitárias por ainda não ter o *know-how* de produção.

Os riscos associados à implantação dos projetos acima dizem respeito à obtenção de licenças ambientais e operacionais para instalação e operação, obtenção de financiamento adicional para implementar sua estratégia de expansão para o projeto. Caso as obtenções não ocorram no “timing” desejado poderá haver atrasos e os resultados não serem satisfatórios.

#### d) Risco associado ao crescimento

O Grupo não tem controle sobre algumas matérias-primas, assim como o cimento, calcário, areia, celulose reciclada e bobinas de aço, desta forma um aumento significativo nos preços ou redução nos prazos para pagamento pode impactar substancialmente no custo de produção.

Para a produção de fibrocimento com fibra alternativa, a Companhia pode enfrentar dificuldade de obter a fibra sintética em larga escala, devido à disponibilidade de fibras mundial ser inferior a necessidade brasileira. Além disso, aumentos no preço dessas e de outras matérias-primas, incluindo aumentos decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

Para os fornecedores em que a Eternit compra louças, assentos e metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

## II. Risco de crédito

### Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e

esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica “Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2014 (5% em 31 de dezembro de 2013).

### Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

## III. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

## IV. Gestão do capital

Para o período findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2013. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	8.195	23.312	127.924	82680
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.711)	(9.516)	(13.367)	(13.295)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.484</b>	<b>13.796</b>	<b>114.557</b>	<b>69.385</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>514.791</b>	<b>506.113</b>	<b>514.808</b>	<b>506.129</b>
<b>Dívida líquida e patrimônio líquido</b>	<b>512.307</b>	<b>492.317</b>	<b>400.251</b>	<b>436.744</b>

## 29. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes garantias:

(i) Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016;

(ii) Garantia do pagamento de execução fiscal – DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;

(iii) Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 4.371, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2015;

(iv) Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em janeiro de 2015.

(v) Garantia do contrato de financiamento para importação de equipamentos junto ao banco Bradesco S.A. no montante de € 593 (R\$ 1.915 em 31 de dezembro de 2014).

(vi) Em 23 de dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.000, referente a cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500.

## 30. PROVISÃO PARA REMONTE DA MINA

A controlada SAMA registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada – PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

### Ambiente

A controlada SAMA registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2014 e 2013	
Taxa de desconto	10% a.a	
Taxa de inflação de longo prazo	5% a.a	
<b>Valor presente dos desembolsos esperados</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
2032	4.028	3.655
2033	3.457	3.137
2034	1.791	1.625
2035 a 2039	1.442	1.309
<b>Total</b>	<b>10.718</b>	<b>9.726</b>

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 992 (R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2013), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.



## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Eternit SA, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório de Auditoria emitido, sem ressalvas, dos auditores independentes EY Auditores Independentes S.S, datado em 10 de março de 2015, opinou que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 10 de março de 2015.

### CONSELHO FISCAL

André Eduardo Dantas  
Coordenador

Edson Carvalho de Oliveira Filho  
Paulo Henrique Zukanovich Funchal

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Terepíns\*  
Presidente do Conselho de Administração

Benedito Carlos Dias da Silva\*  
Leonardo Deeke Boguszewski\*  
Lírio Albino Parisotto\*

Marcelo Gasparino da Silva\*

Marcelo Munhoz Auricchio\*  
\*Conselheiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA

### DIRETORIA

Nelson Pazikas  
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Flavio Grisi  
Marcelo Ferreira Vinhola  
Rodrigo Lopes da Luz  
Rubens Rela Filho  
Welney de Souza Paiva

### CONTADOR

Ricardo Benatti  
CRC 15P186493/0-4

## Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

### Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Eternit SA - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit SA (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit SA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Ênfases

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto, bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelos Ministérios Públicos do Trabalho dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro; e, pela ABREAs de São Paulo e do Rio de Janeiro contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. A probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de março de 2015.

### ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/0-6

Clinton L. Fernandes  
Contador CRC-1SP205541/0-2

Gustavo de S. Lima  
Contador CRC-1SP303352/0-0